

Luta dos servidores seguirá, pelo povo e contra todo o desmonte neoliberal

Diante de novas declarações infundadas sobre despesas públicas e austeridade fiscal por parte do ministro da economia, Paulo Guedes, e do presidente Jair Bolsonaro, o secretário-geral da Condesef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, reforçou a necessidade da luta organizada pelo conjunto dos servidores públicos federais.

"Eles fazem esse sensacionalismo pra poder tentar botar uma pá de cal em cima de um pedido justo do funcionalismo", opina Sérgio, em referência às declarações proferidas ontem pelo ministro (9 jun). Na ocasião, Guedes sinalizou, à revelia da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o governo poderia prever a reposição de salários para o ano que vem. No entanto, pela fala do ministro, qualquer aumento ficaria condicionado a uma reforma administrativa.

"Para nós, é lamentável, mas nós conhecemos o passado de Bolsonaro e Paulo Guedes e não esperávamos nada de diferente. É importante que a população também saiba disso e entenda a gravidade do desmonte dos ser-



viços públicos que o governo está comandando", opina Sérgio.

A reforma administrativa sugerida pelo atual ministro envolveria uma série de ataques à estabilidade do serviço público, a ampliação de cargos comissionados e temporários em detrimento de concursos públicos, desestruturação das carreiras de Estado e outros desmontes de direitos adquiridos em décadas de luta. Em

suma, a mudança traria para o interior dos serviços públicos a lógica neoliberal de precarização trabalhista, já em curso no setor privado nas últimas décadas. "Eles têm uma tese de estado zero para o povo, enquanto nosso movimento sindical tem uma tese de um estado forte, pujante e de políticas públicas", compara o secretário-geral.

Fonte: Condesef

Trabalhador que investiu FGTS em ações perdeu 7% no fim de semana

Ações da Eletrobras perderam 7% de valor desde sexta-feira. 370 mil trabalhadores investiram R\$ 6 bilhões do Fundo de Garantia (FGTS). CNE diz que ainda dá tempo de desistir da compra.

Matéria em cut.org.br

CONVOCATÓRIA IFMA

O SINDSEP/MA convoca todos os seus associados do IFMA, para uma Assembleia Geral com o objetivo de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- Informes;
- Greve Geral.



Data:
14/Junho/2022
Horário:
10h (1ª Convocação)
Local:

Auditório Florise Pérola
IFMA Monte Castelo
(Av. Getúlio Vargas, 04 -
Monte Castelo, São Luis/MA)

Ato no Senado defende empresas públicas contra privatizações de Bolsonaro

O Comitê Nacional em Defesa de Empresas Públicas e o senador Paulo Paim (PT-RS) realizam na manhã desta segunda-feira (13), a partir das 10h30, um ato na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal em defesa das empresas públicas e do patrimônio nacional.

Na última quinta-feira, o governo de Jair Bolsonaro consolidou o processo de privatização da Eletrobras, levantando um total de R\$ 29,29 bilhões. A venda de ações será realizada nesta segunda-feira, na Bolsa de Valores.

Segundo os eletricitários, a estatal está sendo vendida por pelo menos R\$ 40 bilhões abaixo de seu valor. E o governo Bolsonaro quer vender, ainda este ano, outras quatro empresas públicas: o porto de Santos, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de Belo Horizonte e do Recife e a Ceasaminas.

O evento marca ainda a ampliação da defesa em torno Petrobras, que está sob ameaça de privatização. Também será lançado o livro “O Futuro é Público”, produzido em parceria com a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e com a coautoria de Rita Serrano, coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

O avanço das privatizações

A privatização da CBTU de Belo Horizonte está avançada, com previsão de que o edital seja publicado em agosto, enquanto a

CBTU do Recife deve ficar para o fim do ano.

A desestatização da Ceasaminas, centro de abastecimento na região metropolitana de Belo Horizonte, aguarda a modelagem em análise neste momento pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Para dezembro, deve ficar a privatização do Porto de Santos. Essas informações foram dadas pela Secretária de Desestatização e Desinvestimento (SDD) do Ministério da Economia, Marília Garcez, ao jornal Valor Econômico.

Venda de ações

As ações da Eletrobras começam a ser negociadas na Bolsa de Valores, B3, nesta segunda-feira (13), às 10h, horário de abertura do mercado. É a última etapa da operação que resultará na privatização da maior empresa do setor elétrico brasileiro. O governo pretende con-

cluir o processo de privatização nesta terça-feira (14).

O preço de cada ação da Eletrobras foi definido em R\$ 42, o que resultou em uma arrecadação inicial de R\$ 29,29 bilhões. O montante da operação pode chegar a um valor superior a R\$ 33 bilhões, levando em consideração a possibilidade da inclusão de lotes extras de ações.

Ao todo, serão ofertadas 627 milhões de ações novas, em uma oferta primária, e 69 milhões de ações que pertencem ao BNDESPar, em uma oferta secundária. Com isso, a participação do governo federal na companhia vai passar de 72% para cerca de 45%. No entanto, a União seguirá com ações preferenciais, o que permite o poder de veto do governo em determinadas decisões tomadas pela empresa.

Fonte: CUT

AVISO

O Sindsep/MA informa aos seus filiados, associados e sociedade em geral, que em virtude do feriado de Corpus Christi as atividades laborais estarão **SUSPENSAS** nos dias 16 e 17 de junho, retornando nossas atividades normais no dia 20/06/2022 (segunda-feira) no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas.

A DIREÇÃO